



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

# Moraes ganha apoio para julgar militares

Futuro presidente do STM diz que ministro está certo em avaliar a responsabilidade de integrantes das Forças Armadas

» LUANA PATRIOLINO

A decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a competência da Corte de julgar militares envolvidos nos atos terroristas de 8 de janeiro é apoiada pelo próximo presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Francisco Joseli Parente Camelo.

Em entrevistas a veículos de imprensa, ontem, ele elogiou o posicionamento do magistrado e destacou que a determinação está bem amparada constitucionalmente. “Li e reli a decisão do ministro Alexandre de Moraes e entendi que está muito bem fundamentada. Não vejo, no geral, que tenham sido crimes militares”, disse ao *O Globo*.

“Crimes cometidos por militares serão considerados crimes militares se forem contra o patrimônio que esteja sob administração militar ou contra a ordem administrativa militar. Não vejo que houve isso”, ressaltou o ministro, que assume o STM no próximo dia 16.

Camelo afirmou que a decisão de Moraes não significa uma afronta entre os tribunais e frisou que a postura do magistrado foi correta.

Na segunda-feira, o ministro do STF decidiu que cabe à Suprema Corte julgar os militares envolvidos na investigação dos atos antidemocráticos que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes.

Ontem, a Justiça Militar começou a remeter as investigações preliminares e os processos em fase de instrução que envolvem a participação de militares nos ataques. São 17 procedimentos abertos para apurar a conduta dos participantes do episódio.

Segundo a decisão de Moraes, a Justiça Militar e a União não estão aptas para deliberar a respeito da conduta dos investigados.

A ordem atendeu a um pedido

Antonio Augusto/Secom/TSE



Camelo com Moraes, em encontro no último dia 14: para ele, decisão do ministro do STF não significa uma afronta entre os tribunais

da Polícia Federal, que solicitou o reconhecimento do poder do STF para julgar as ações. Segundo a corporação, militares ouvidos na quinta fase da Operação Lesa-Pátria “indicaram possível participação/omissão dos militares do Exército Brasileiro, responsáveis pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Batalhão da Guarda Presidencial”.

Os órgãos citados são responsáveis pela segurança do prédio do Palácio do Planalto, que foi depredado pelos apoiadores extremistas de Jair Bolsonaro (PL), assim como os do STF e

do Congresso Nacional.

Moraes disse que a competência do Supremo para investigar os atos golpistas “não distingue servidores públicos civis ou militares, sejam das Forças Armadas, sejam dos estados (policiais militares)”.

Conforme o entendimento dele, portanto, os crimes em questão estão todos previstos no Código Penal, e a lei não faz distinção entre civis ou militares. “O Código Penal Militar não tutela a pessoa do militar, mas, sim, a dignidade da própria instituição das Forças Armadas competência ad institutionem, conforme pacificamente

decidido por esta Suprema Corte ao definir que a Justiça Militar não julga ‘crimes de militares’, mas, sim, ‘crimes militares’”, escreveu o ministro.

Na mesma decisão, Moraes também acatou um pedido da PF para abrir investigação sobre os eventuais crimes cometidos pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e pelas Forças Armadas. São eles: atos terroristas, ameaça, perseguição, dano, incitação ao crime, incêndio majorado, associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.



**Li e reli a decisão do ministro Alexandre de Moraes e entendi que está muito bem fundamentada. Não vejo, no geral, que tenham sido crimes militares”**

**Francisco Joseli Camelo,**  
futuro presidente do STM

## Ministro libera 173 golpistas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a soltura de 173 denunciados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. Os investigados colocados em liberdade provisória foram detidos no acampamento em frente ao QG do Exército e são acusados de incitação ao crime e associação criminosa. Agora, eles poderão deixar o sistema carcerário do DF e retornar a seus estados de origem — ao todo 14 — para o cumprimento de medidas cautelares alternativas, inclusive com o uso de tornozeleira eletrônica.

Moraes entendeu que os investigados não são apontados como financiadores ou executores principais dos atos extremistas e, assim, podem responder em liberdade às acusações apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Segundo o Supremo, 767 pessoas seguem presas e 639 foram liberadas para responder em liberdade com cautelares.

Ao analisar a situação dos acusados, Moraes levou em consideração que a maioria tem a condição de réu primário e filhos menores de idade.

As decisões foram proferidas entre segunda e ontem, com base no processo em que foram determinadas as prisões preventivas de investigados pela ofensiva antidemocrática que provocou destruição no Congresso, Planalto e Supremo.

As medidas cautelares incluem a proibição de deixar o local onde moram, assim como o recolhimento domiciliar, durante a noite e aos fins de semana, com o uso de tornozeleira eletrônica. Eles não podem usar as redes sociais nem se comunicar com outros envolvidos nos atos.

# Comandante do Exército: vitória de Lula foi indesejada

» HENRIQUE LESSA  
» VINÍCIUS DORIA

Em conversas com oficiais subordinados, o comandante do Exército, general Tomás Paiva, disse que a maioria dos integrantes da Força não desejava a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições. “Não dá para falar com certeza que houve qualquer tipo de irregularidade. Infelizmente, foi um resultado que, para a maioria de nós, foi indesejado, mas aconteceu”, afirmou. A conversa aconteceu em 20 de janeiro de 2023, quando ele ainda era comandante militar do Sudeste, em São Paulo. No dia seguinte, Lula exonerou o então comandante do Exército, Júlio César de Arruda, e convidou Paiva a assumir o posto.

A gravação, feita às escondidas, já circulava em grupos de troca de mensagens de militares e foi divulgada na noite de segunda-feira no podcast Roteirices. Nela, Paiva pede aos presentes que não gravem. “Eu me recuso a ter que pedir ao pessoal para deixar o celular fora, então eu tenho plena confiança naqueles que são meus comandantes militares. Peço que ninguém grave nada, até pelo que vou falar

não tem nada demais. São coisas que estão públicas, mas vocês têm que ouvir de maneira direta e franca o que o comandante pensa”, afirmou Paiva.

Dois dias antes, em 18 de janeiro, durante uma cerimônia no Comando Militar do Sudeste, Paiva classificou a situação política de terremoto e disse que esse “tsunami” não ia ameaçar a organização militar. “Ser militar é isso, é ser profissional, respeitar a hierarquia e disciplina, ser coeso, ser íntegro, defender a pátria, ser uma instituição de Estado apolítica, apartidária. Não interessa quem está no comando. A gente vai cumprir a missão de qualquer jeito, é não ter corrente”, frisou o militar, que foi muito elogiado e, segundo interlocutores, impulsionou a escolha do nome dele para assumir o comando do Exército.

## Sem fraudes

Na conversa, o comandante deixou claro que o processo eleitoral não apresentou nenhum sinal de irregularidade e lembrou que as Forças Armadas realizaram uma fiscalização do sistema eletrônico de votação. “A diferença nunca foi tão pequena,

Divulgação/EsPCEx



Declarações de Paiva ocorreram dias antes de ele ser convidado a assumir o comando da Força

mas o cara fala assim: ‘General, teve fraude’. Nós participamos de todo o processo de fiscalização, fizemos relatório, fizemos tudo. Constatou-se fraude? Não. Eu estou falando para vocês, pode acreditar. A gente constatou fraude? Não”, enfatizou. O

general concluiu: “Este processo eleitoral que elegeu o atual presidente e que não elegeu o ex-presidente (Jair Bolsonaro) foi o mesmo processo eleitoral que elegeu majoritariamente um Congresso conservador. Elegeu majoritariamente governadores

conservadores.”

Segundo fontes próximas ao ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, Paiva ligou para o ministro assim que as gravações foram divulgadas. Disse que não se inclui, em nenhum momento, entre os insatisfeitos com a

vitória de Lula. O comandante também frisou que as declarações foram dadas num contexto em que constatou uma situação entre os militares a respeito da eleição.

Quando José Múcio Monteiro fazia a seleção dos nomes para assumir os comandos das Forças, declarou para interlocutores e para o próprio Lula que não estava interessado em quem os oficiais tinham votado para presidente, e, sim, no compromisso deles com a legalidade. Ou seja, ele optou por comandantes militares legalistas. Para Múcio, o áudio apenas comprovaria o compromisso de Paiva com a lei. “O comandante é um legalista e age dentro dos marcos legais”, teria dito o ministro a interlocutores. “Tomás é um legalista e, por isso, continua com o prestígio e o apoio do ministro”, relataram fontes na Defesa. Questionado pelo *Correio*, o comando do Exército não respondeu às tentativas de contato até o fechamento da edição.

Ele também comentou sobre voto auditável, rejeitado pelo Congresso, e disse que a proposta é legítima. “Acho que no futuro esse processo precisa ser aperfeiçoado”, afirmou.